



O recrudescimento inflacionário e a política econômica

A inflação oficial medida pelo IPCA voltou a acelerar-se a partir de setembro de 2010, apontando um crescimento dos preços acumulado no ano que ficará acima da meta estabelecida pelo Banco Central, embora esta deva ficar situada dentro da banda. Assim, de janeiro a novembro, a inflação acumulada esteve em 5,2%. Quando analisado por grupos de produtos, verifica-se que esse percentual tem sido puxado por alimentação e bebidas (8,9%), despesas pessoais (6,8%) e vestuário (6,1%). Também merece destaque o setor serviços, o qual acumulou, nesse mesmo período, um crescimento de 7,0%.

Essa trajetória aceleracionista da inflação voltou a levantar rumores e a criar expectativas sobre a necessidade de o Banco Central elevar as taxas de juros tal qual vinha ocorrendo desde a implementação do Regime de Metas Para a Inflação. Tal medida, no entanto, não foi adotada na reunião de dezembro do Copom. Com isso, essas expectativas acabaram sendo transferidas para a reunião de janeiro.

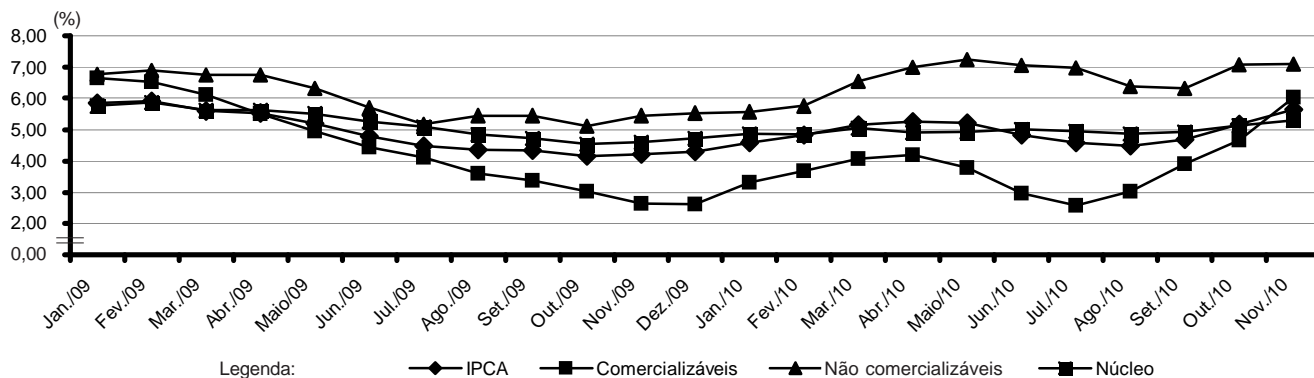
O crescimento nas taxas de inflação, no entanto, não tem sido uma peculiaridade brasileira. Uma análise da evolução dos preços no mercado internacional demonstra que a inflação brasileira vem refletindo a trajetória da inflação mundial, onde os preços dos alimentos e do vestuário têm apresentado alta expressiva ao longo dos últimos dois anos. A inflação no mercado internacional tem resultado do crescimento da demanda mundial por alimentos, bem como da elevação do preço das *commodities*. O preço destas últimas reflete não só o aumento na demanda, como também o fato de esses produtos terem o seu preço atual influenciado pela especulação no mercado futuro. Ou seja, até mesmo a inflação passa a refletir o processo de financeirização. Numa economia integrada ao comércio mundial e com empresas internacionalizadas, como é o caso da brasileira, a inflação externa acaba por refletir-se

diretamente sobre os preços internos, pelo crescimento dos preços tanto dos bens finais como dos insumos. Assim, são justamente os bens comercializáveis os principais responsáveis pela aceleração inflacionária verificada nos últimos meses (gráfico).

Evidentemente, não se deve desconsiderar a chancela da demanda doméstica ao crescimento dos preços. De fato, o aumento no consumo das famílias, em virtude do crescimento e da distribuição da renda que vem ocorrendo nos últimos anos, associado ao crescimento do emprego, tem corroborado aquele processo. Mas trata-se de um equívoco atribuir ao crescimento da economia nacional e, mais especificamente, ao consumo das famílias o título de principal responsável pela aceleração inflacionária.

O cenário descrito acima parece sinalizar uma reduzida eficácia da política monetária enquanto instrumento de controle de uma inflação que reflete aspectos que operam em nível mundial e não apenas nacional. Além disso, os produtos responsáveis pela aceleração da inflação apresentam uma reduzida elasticidade-juro da demanda. Diante disso, o controle do preço dos alimentos via juros iria requerer uma variação extremamente elevada na taxa Selic, o que certamente iria trazer mais complicações em termos de taxa de câmbio e balança de pagamentos. Até mesmo medidas de restrição no crédito de bens duráveis terão uma eficácia limitada, principalmente porque o cenário futuro é de manutenção do crescimento do preço dos produtos alimentares. Assim, é de se esperar que a próxima reunião do Copom procure monitorar a inflação brasileira, levando em consideração os cenários macroeconômicos nacional e mundial, e não se limite à desgastada e ineficaz política de aumento dos juros.

Taxa de variação do IPCA e do seu núcleo, por tipo de produto, acumulada em 12 meses, no Brasil — jan./09-nov./10



FONTE: IBGE.

Legenda:

—●— IPCA —■— Comercializáveis —▲— Não comercializáveis —■— Núcleo

Cop 16 — adiando soluções

A 16ª Conferência das Partes da Convenção Sobre Mudanças Climáticas da ONU (Cop 16, na sigla em inglês) apresentou avanços em relação à Cop 15, ao instituir um **fun-do verde** no valor de US\$ 100 bilhões por ano para países pobres e reforçar mecanismos de redução de desmatamento e degradação ambiental, avanços modestos no sentido de reverter a crescente concentração de CO₂ na atmosfera e minorar seus efeitos a médio e longo prazos. Apesar da estabilização em alguns países desenvolvidos, causada, em muitos casos, mais pelo efeito da crise financeira que os abalou do que por ações efetivas, esses continuam gerando gás carbônico em quantidades muito superiores à capacidade de absorção da natureza. Acresce-se a esse fato a explosiva geração de CO₂ proveniente do crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Espera-se que, até 2012, quando se esgota o Protocolo de Quioto — e ressalte-se que países como o Japão, Rússia e Canadá não aceitam um segundo período —, os líderes mundiais cheguem a um acordo que reverta o acúmulo dos gases de efeito estufa. Caso contrário, torna-se cada vez mais difícil conseguir-se, até o fim do século, limitar o aumento médio da temperatura da Terra aos “seguros” 2°C tão propalados pelos cientistas, evitando, assim, maiores desastres ambientais com sérias consequências para a vida do Planeta.

Concentração de CO₂ na atmosfera — 1960-2009

PERÍODOS	CONCENTRAÇÃO DE CO ₂ (ppm/ano)
Médias anuais por decênio	
1960-69	0,86
1970-79	1,52
1980-89	1,61
1990-99	1,52
2000-09	1,92
Acréscimos anuais	
2000	1,75
2001	1,57
2002	2,59
2003	2,30
2004	1,57
2005	2,53
2006	1,73
2007	2,19
2008	1,66
2009	1,86

FONTE: Earth System Research Laboratory - global monitoring division. Observatório de Mauna Loa, Havai - MDL. Anual Rate of Increase - atmosferic CO₂.

(1) Partes por milhão/ano.

José Enoir Loss (FEE/CEES)

O emprego formal em 2010: para além de 2008

Em consonância com o comportamento do nível de atividade, o mercado de trabalho, ao longo do ano de 2010 (janeiro a novembro), exibiu recordes sucessivos de geração de novas oportunidades em vários meses, com acréscimos continuados no nível do emprego celetista. No acumulado de 2010 até novembro foram adicionados 2.544.457 postos de trabalho no Brasil — um crescimento de 7,7% nesses 11 meses —, uma marca inédita para toda a série histórica da base Caged-MTE, superando o recorde anterior de 2008 (2.107.150, ou 7,3% no mesmo período), antes das manifestações mais agudas da crise financeira internacional no País. A expansão foi generalizada, destacando-se, em números absolutos, as atividades de serviços, a indústria de transformação, o comércio e a construção civil, esta última com o maior incremento relativo (14,8%).

O Rio Grande do Sul também ultrapassou o recorde de 2008 para o mesmo período (118.232 empregos celetistas ou 6,0%), com um crescimento de 8,3% no último ano (181.458 postos), acima do que ocorreu no Brasil e na Região Sul. No Estado, é a indústria de transformação que lidera a geração de postos, e, no seu interior, chama atenção o segmento de calçados — responsável pelo maior número de postos acrescidos —, a metalúrgica, o material de transporte e a mecânica. A construção civil é o destaque setorial pela dinâmica de crescimento, com a maior variação relativa (16,9%). Observa-se, assim, uma recuperação expressiva do emprego formal no País e no Estado, evidenciada na comparação com um período (2008) de aquecimento da economia e do mercado de trabalho.

Evolução do emprego formal, por setores de atividade, no RS e no Brasil — jan./10-nov./10

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E TOTAL	RS		Brasil	
	Saldo (admitidos menos desligados)	Variação %	Saldo (admitidos menos desligados)	Variação %
Extrativa mineral	583	9,68	16 598	9,69
Indústria de transformação	64 896	9,69	638 006	8,60
Serviços industriais de utilidade pública	1 625	7,13	17 297	4,91
Construção civil	18 146	16,92	333 776	14,75
Comércio	39 097	7,90	505 202	6,83
Serviços	53 413	6,82	939 448	7,12
Administração pública	340	1,11	27 913	3,77
Agropecuária	3 358	4,24	66 217	4,53
Outros	0	-	0	-
Total	181 458	8,27	2544 457	7,71

FONTE: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-nov./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,7	-23,3	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	114,4	0,6	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	71,7	12,9	111,1	-2,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	69,2	9,7	110,1	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,9	7,7	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,1	7,2	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,2	8,6	113,3	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,0	5,8	110,4	-2,6	138 717
Set./09	-1,7	-	7,7	4,3	8,75	61,3	-3,3	110,2	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,2	-16,1	111,1	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	59,5	-15,1	122,6	10,4	148 649
Dez./09	-0,6	-	6,8	4,3	8,75	60,3	-19,0	145,2	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	61,1	-16,4	117,4	-19,1	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	61,6	-15,3	116,3	-0,9	161 879
Mar./10	2,2	-	7,6	5,2	8,75	59,6	-16,9	114,7	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	58,7	-15,2	112,7	-1,7	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	58,0	-12,0	114,4	1,5	159 897
Jun./10	5,3	-	7,0	4,8	10,25	57,0	-11,1	116,0	1,4	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	56,9	-11,4	119,8	3,3	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	56,4	-9,0	114,5	-4,4	168 625
Set./10	7,5	-	6,2	4,7	10,75	54,6	-10,9	115,2	0,6	172 969
Out./10	-	-	6,1	5,2	10,75	54,3	-8,3	117,4	1,9	176 942
Nov./10	-	-	5,7	5,6	10,75	-	-	-	-	177 834

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-nov./10

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produ- ção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,9	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,71	2,73	-1,02	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,6	76,7	19,3	37,4	-1,67	2,62	-0,94	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,63	2,75	-1,12	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,48	2,70	-1,22	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,31	2,74	-1,42	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,40	2,86	-1,46	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,3	79,0	-0,5	1,7	-1,27	2,81	-1,54	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,23	2,68	-1,45	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,21	2,48	-1,27	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,89	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,17	2,14	-0,97	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,27	1,95	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,39	1,87	-0,48	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	43,4	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,52	1,62	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,78	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,7	-1,53	1,49	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,24	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,4	-1,62	1,48	0,13	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,45	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,75	1,46	0,29	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,83	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,93	1,34	0,59	247 292	290 690
Mai/10	-2,16	41,4	131,00	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,89	1,36	0,53	249 846	299 291
Jun./10	-2,10	41,1	128,14	6,5	-2,0	85,1	-2,8	2,1	-2,07	1,29	0,78	253 114	309 566
Jul./10	-2,05	41,4	133,59	8,3	3,6	85,0	2,8	9,8	-2,18	1,39	0,85	257 299	316 688
Ago./10	-2,03	41,8	136,31	9,8	0,8	85,4	9,8	19,5	-2,26	1,35	0,91	261 320	318 613
Set./10	-2,95	41,5	134,21	11,2	-1,7	85,9	17,1	27,7	-2,33	1,52	0,81	275 206	333 199
Out./10	-2,85	41,3	136,86	11,8	1,4	86,4	23,3	35,1	-2,36	1,78	0,58	284 930	343 784
Nov./10	-	-	-	-	-	86,1	28,3	40,5	-2,43	1,88	0,55	285 461	338 155

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 1

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jul./08-nov./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,9	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai./09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,30	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	93,33	110,88	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	118,41	116,20	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-
Abr./10	-	113,56	108,67	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	-
Mai./10	-	111,69	106,05	111,98	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	-
Jun./10	-	112,72	107,65	111,20	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	-
Jul./10	-	119,62	108,72	110,81	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	-
Ago./10	-	114,27	105,51	110,09	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	-
Set./10	-	105,30	100,01	108,92	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	-
Out./10	-	107,58	96,34	107,54	760,8	355,9	147,5	1 423,4	105,99	-
Nov./10	-	-	-	-	786,6	398,5	153,6	1 508,2	106,49	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jul./08-nov./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 261	1 280	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 271	1 277	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 276	1 280	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 277	1 276	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 269	1 276	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 251	1 247	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 263	1 245	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 285	1 269	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 294	1 293	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 276	1 290	518 975	1 878 610	1 057 070
Mai./09	-4 076	10,1	12,6	1 254	1 267	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 279	1 268	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 293	1 287	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 303	1 281	535 211	1 732 263	1 423 938
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 289	1 285	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 317	1 304	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 291	1 286	531 690	1 751 336	932 123
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 205	1 309	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 277	1 273	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 311	1 295	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 319	1 291	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 316	1 290	582 585	1 963 257	1 352 478
Mai./10	9 511	7,7	9,6	1 303	1 287	585 325	1 824 913	1 570 957
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 315	1 291	586 363	1 801 932	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 338	1 315	585 557	1 835 915	1 574 764
Ago./10	15 675	7,1	8,7	1 358	1 344	575 378	1 826 812	1 374 519
Set./10	11 139	7,0	8,5	1 356	1 337	539 893	1 736 628	1 438 940
Out./10	18 592	6,8	8,2	1 350	1 328	-	-	1 425 566
Nov./10	21 729	6,2	7,7	-	-	-	-	1 152 517

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de out./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 1

Cooperação para a inovação no RS: fornecedores e universidades em destaque

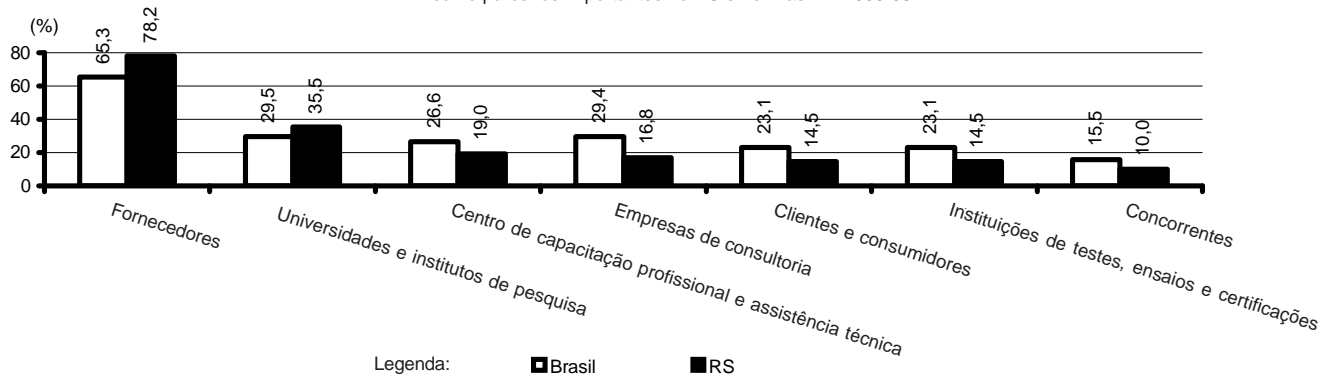
De acordo com os dados da última **Pesquisa de Inovação Tecnológica** (Pintec-IBGE, com apoio do Finep e do MCT), ano 2008, que trata das inovações de produto ou processos tecnologicamente novos ou substancialmente aperfeiçoados, as empresas inovadoras das indústrias extrativas e de transformação no Brasil mostraram aspectos auspiciosos com respeito às relações de cooperação para inovação, principalmente no RS. Entre as empresas que inovaram no Brasil, um pouco mais de 10,0% delas estabeleceram projetos conjuntos de P&D e outros projetos de inovação com outra organização (empresa ou instituição). No RS, esse percentual alcança 12,5%, sendo, portanto, superior à taxa nacional.

Nesses arranjos cooperativos com outras organizações, as firmas gaúchas apontaram como principais parceiros os fornecedores (para 78,2% das firmas) e as universidades e os institutos de pesquisa (35,5%), com percentuais acima dos

nacionais, de 65,3% e 29,5% respectivamente. Enquanto isso, as outras categorias de parceiros (centros de capacitação profissional e assistência técnica, consultorias, clientes, etc.) possuem percentuais menores do que os nacionais, o que representa uma menor valorização dessas categorias no Estado.

Merece destaque o dado relativo às instituições de ensino superior e de pesquisa no RS, pois, nas edições anteriores da Pintec, o seu percentual de valorização foi de somente 8,0% no ano de 2000, de 26,6% em 2003 e de 33,8% em 2005, havendo, conseqüentemente, um aumento gradual e expressivo da relevância dessas organizações nas atividades cooperativas de inovação. Esse tipo de colaboração (empresas e universidades) é um importante indicador da capacidade de inovar do sistema nacional de inovação.

Empresas inovadoras das indústrias extrativas e de transformação que identificaram agentes selecionados como parceiros importantes no RS e no Brasil — 2006-08



FONTE: Pintec, IBGE.

Legenda: ■ Brasil ■ RS

Iván G. Peyré Tartaruga (FEE/CEES)

Desempenho do mercado de trabalho na RMPA, em 2010

O desempenho do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) apresentou uma boa *performance* durante o período jan.-nov./10, tomando-se como base os principais indicadores da Pesquisa de **Emprego e Desemprego da RMPA**. Objetivando-se balizar a evolução dos indicadores, faz-se uma comparação com o mesmo período de 2009. O bom desempenho foi decorrente do aumento do número de postos de trabalho na Região, que determinou a queda da taxa de desemprego, tornando-a a menor para esse período em toda a série histórica da Pesquisa. A taxa de desemprego total média alcançou 8,9% da População Economicamente Ativa, apresentando expressiva queda em relação aos 11,4% registrados no mesmo período de 2009. O número médio de desempregados reduziu-se em 49 mil indivíduos, em

decorrência da geração de 57 mil ocupações, que superou o ingresso de 8 mil trabalhadores na força de trabalho metropolitana. A expansão do nível ocupacional mostrou-se generalizada nos principais setores de atividade econômica, cabendo destacar-se o desempenho observado em serviços, que teve uma ampliação de 32 mil pessoas no seu contingente de ocupados. A indústria de transformação teve uma expansão de 12 mil postos, a construção civil, de 10 mil; e o comércio, de 6 mil. Com relação à forma de inserção no mercado de trabalho, cabe destaque à expansão do emprego no setor privado, com a criação de 54 mil postos com carteira de trabalho assinada. Os rendimentos médios reais do trabalho, no período jan.-out./10, elevaram-se em 2,6% para os ocupados e em 1,2% para os assalariados, na comparação com o mesmo período de 2009.

Estimativa dos principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA — jan.-nov./09 e jan./nov./10

INDICADORES	JAN-NOV/09	JAN-NOV/10	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	2 018	2 026	8	0,4
Ocupados	1 789	1 846	57	3,2
Ocupados por setor de atividade				
Indústria	298	310	12	4,0
Comércio	303	309	6	2,0
Serviços	978	1 010	32	3,3
Construção civil	97	108	11	11,3
Desempregados	229	180	-49	-21,4
Taxa de desemprego (%)	11,4	8,9	-	-21,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

André Luiz Leite Chaves (FEE/CPED)

RS é o estado brasileiro com menor crescimento populacional na última década

De acordo com os primeiros resultados do **Censo de 2010**, publicados pelo IBGE, o RS atingiu uma população de 10,7 milhões de habitantes em 1º de agosto de 2010, apresentando um crescimento populacional de 5,0% na última década, percentual muito abaixo dos 12,3% atingidos pela população brasileira no mesmo período. Com esse pequeno aumento, o RS é o estado brasileiro com menor crescimento populacional na primeira década do novo milênio. Contudo o Estado permanece sendo o quinto maior do Brasil em população, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

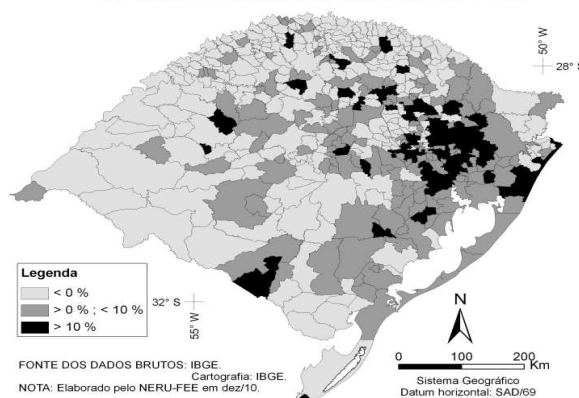
Para precisar exatamente os fatores que implicaram esse baixo crescimento, é necessário aguardar pelos dados populacionais por faixa etária e pelos resultados da amostra do Censo. Porém, através das PNADs realizadas ao longo da década e através de projeções feitas sobre o **Censo de 2000** é possível inferir: o RS manteve-se entre os estados com menor taxa de fecundidade total no período (número médio de filhos por mulher durante seu período reprodutivo), possui uma das pirâmides etárias mais envelhecidas do País (possuindo, assim, menos mulheres em idade fértil) e, historicamente, apresenta um saldo migratório negativo.

Ao se compararem as regiões do Estado, permanece a tendência do período 1991-2000, quando houve uma migração das regiões norte, noroeste e oeste para as regiões leste e sudeste, porém com uma alteração: ao passo que, no período 1991-2000, o maior crescimento ocorreu na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 2000-2010, os maiores aumentos foram no litoral norte (onde o Município de Xangri-Lá atingiu o maior crescimento relativo do Estado, de 51,3%) e nas regiões serranas próximas a Caxias do Sul e Gramado. O município de Caxias do Sul apresentou o maior crescimento absoluto do Estado (75.000 habitantes), atingindo um aumento relativo de 20,8%. Em contrapartida, Porto Alegre é a capital brasileira que menos cresceu no país (3,6%), valor abaixo do obtido pelo Estado. Já a microrregião Porto Alegre (englobando outros 21 municípios próximos) cresceu 6,0%. Se retirarmos Porto Alegre, o aumento da microrregião foi de 7,5%, apontando um crescimento duas vezes maior da Região Metropolitana do que da Capital.

O **Censo de 2010** apresentou o RS como o estado brasileiro com menor quantidade de habitantes por domicílio, confirmando uma tendência de diminuição desse valor desde o **Censo de 1970**. Na última década, a média passou de 3,35 para

2,98. A razão de sexos (número de homens por mulher) passou de 0,935 para 0,948, apresentando uma leve diminuição da proporção feminina na população, porém permanece havendo uma maior quantidade de mulheres. O percentual da população do RS residente em áreas urbanas (grau de urbanização) passou de 81,6% em 2000 para 85,1% em 2010. Contudo esse valor deve ser analisado com ressalva, tendo-se em vista que algumas áreas dos municípios que eram consideradas rurais em 2000 passaram a ser urbanas em 2010, sem haver alterações nas suas estruturas, mas, sim, por mudança de lei nos municípios.

Varição populacional relativa dos municípios do Rio Grande do Sul, entre os censos de 2000 e 2010



Pedro Tonon Zuanazzi (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.12.10).
ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisora: Maria Inacia Flôr Reinaldo.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.